



UnB

Universidade De Brasília
Instituto De Ciências Humanas
Departamento De História

**Valores do trabalho em movimento:
Transformações durante a colonização
espanhola nas culturas andinas**

Maria Eduarda Carlota Da Silva

Brasília

2023



UnB

Universidade De Brasília
Instituto De Ciências Humanas
Departamento De História

**Valores do trabalho em movimento:
Transformações durante a colonização
espanhola nas culturas andinas**

Maria Eduarda Carlota Da Silva

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

Resumo

A pesquisa tem a categoria trabalho como objeto de análise, especificamente o trabalho nos Andes pré-colonial e nos dois primeiros séculos de colonização. Uma região com uma sociedade não capitalista, mas em que o trabalho é central, sendo a principal forma de renda do estado e reguladora de várias relações sociais. Os valores antropológicos do Trabalho nos Andes pré-colonial eram a solidariedade, a reciprocidade, coletivismo, alternância e espiritualidade.

A partir do encontro com os espanhóis houve uma mudança na estrutura de vida das sociedades originárias, e o trabalho foi impactado com base em violências econômicas, físicas e na cosmovisão andina. A mercantilização do trabalho, a privatização das terras, a ultra exploração da força de trabalho, a introdução forçada da religião católica levaram a diversas transformações nas concepções do trabalho para os indígenas, mas também proporcionaram resistências, sincretismos e interpretações próprias da realidade colonial. A análise dessas transformações foi feita a partir das mudanças em 3 eixos: A mercantilização e a ação das agências colonizadoras, a intervenção na espiritualidade, e os novos usos e usurpações das terras.

Palavras-chave: Trabalho, Governo dos Incas, significados do trabalho, Cosmovisão Andina, Colonização Europeia.

Abstract:

The present research aims to analyse work, more specifically at the pre-colonial Andes, in the first two centuries of the colonization course. Although not capitalist, all that region was centered on working, basing on it the regulation of several social relations, and the State incomes itself. Solidarity, reciprocity, collectivism, alternation and spirituality was the anthropological values of work for that people at that time.

After this culture meets Spanish explorers, a great change occurs on the originaries societies, and the work turns into an economical and cosmological violence. The commodification of work, the privatization of land, the ultra-exploitation of the workforce, the forced introduction of Catholic religion led to several transformations in the conceptions of work for the indigenous people, but also provided resistance, syncretism and interpretations of the colonial reality. The analysis of these transformations was carried out based on changes in 3 axes: Commodification and the action of colonizing agencies, intervention in spirituality, and new uses and usurpations of land.

Keywords: Work, government of the incas, meanings of work, andean cosmovision, European Colonization.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, porque fé e esperança nesses últimos anos foram essenciais. Crer no Divino me deixa leve por conhecer e ter a certeza de um cuidado imenso.

Agradeço à minha mãe, por ter renunciado a muitas coisas ao longo de sua vida pra me dar assistência, por exercer um cuidado tão intenso que às vezes me deixa constrangida, por segurar as pontas e me incentivar com tanto amor. Mãe, você representa pra mim a mais pura coragem.

Agradeço ao meu pai por ter se dedicado tanto para garantir que eu tivesse estudos de qualidade, por ter sempre me cobrado e incentivado, por acreditar em mim nas vezes que eu não enxergava melhores possibilidades. Pai, obrigada por me possibilitar sonhar.

Agradeço à minha irmã, Geovana, por ter sido nesses anos de graduação um ouvido atento, que recebeu minhas angústias e medos, que ouviu minhas reflexões durante o curso, que teve paciência para ler meus trabalhos mesmo às vezes não entendendo muito, mas me incentivando a continuar.

Por fim, agradeço aos meus avós, Juarez e Fátima, que são meus grandes motivadores, que sempre colocaram em mim muitas expectativas, daquelas que dão força pra continuar, e sempre foram meu lugar seguro, onde eu sei que posso estar nos bons e maus momentos.

Sou feliz e grata por ter vocês, que foram minha primeira cabana de amor, e os olhos que me enxergam de onde eu não me vejo.

Dedico este trabalho à minha tia Daiane, que foi meu grande encontro na vida, e que em sua passagem pela terra desejou ser historiadora, mas que foi para outro plano antes que isso se realizasse.

Dedico também aos povos originários da América Latina, como forma de agradecimento por tantos conhecimentos milenares e impactantes.

Por fim, dedico ao meu irmão, Luís Felipe, para que no futuro ele conheça as concepções de vida indígena e as respeite, como deve ser.

Prólogo

Patibamballay ¡	Oh árbol de pati
Patisachachay	de Patibamba!
sonk'oruruykik'	a nadie sabía
k'orimantas kask'a	que tu corazón era de oro,
sonk' ruruykik'a	nadie sabía
k'ollk'emantas kask'a.	que tu pecho era de plata.
K'ochamayullay	¡Oh mi remanso,
k'ocharemanso	remanso mi hermano del río!
challwachallaykik'a	nadie sabía
k'orimantas kask'a	que tus peces eran de oro,
patuchallaykik'a	nadie sabía
k'ollk'emantas kask'a.	que tus patitos eran de plata.

(José María Arguedas, 1978, pg 151)

Sumário

Introdução.....	7
Capítulo 1: A Centralidade do Trabalho nos Andes pré-colonial.....	9
1.1. Trabalho como estruturante da comunidade.....	10
1.2. Trabalho como sustentáculo do Estado	12
Capítulo 2: Valores do trabalho nos Andes	16
2.1. A reciprocidade, a solidariedade e coletivismo: Ayni e Minga.....	17
2.3. Hierarquia e espiritualidade na Mita.....	19
Capítulo 3: O Trabalho na Colonização Espanhola.....	23
3.1. Características gerais do pensamento da colonização espanhola e do trabalho na Europa.....	23
3.2. A mercantilização da força de Trabalho e a privatização das terras.....	27
Capítulo 4: Os Impactos nos valores do Trabalho.....	32
4.1. O coletivismo e a solidariedade na colônia.....	32
4.2. Transformações na espiritualidade.....	36
Considerações finais.....	41

Introdução

O trabalho é uma categoria central na humanidade. Atualmente, o valor do trabalho é tão substancial que ocupa a centralidade nas relações sociais. Waldemar Espinoza Soriano, um historiador peruano, entende o trabalho como atividade em que o ser humano modifica a natureza para suas demandas. Karl Marx, no século XIX conceituou trabalho como atividade humana que difere a nossa espécie das dos outros animais, por planejar na consciência a configuração que se quer dar ao objeto trabalhado antes de fazê-lo. Max Weber, por fim, faz uma análise do trabalho a partir da reforma protestante mostrando como, a partir do capitalismo e do protestantismo, essa categoria passou a ter um valor como nunca antes na história europeia.

Ao analisar o trabalho como o encaramos hoje, estamos falando principalmente das concepções formadas a partir do século XVIII, com a consolidação do capitalismo e do trabalho como fonte de riqueza. Foi a partir de autores como os citados acima que foi formada uma teoria sobre o trabalho, que se dedica à diacronia dessa atividade, principalmente a partir dos conhecimentos ocidentais. Mas a historicidade dessa atividade perpassa outras vivências e significados. Sobretudo se formos olhar para povos não ocidentais, isto é, povos não europeus

E é a partir desse ponto de vista que essa investigação irá tentar entender um pouco sobre como essa categoria foi vivenciada pelo Tahuantinsuyo, o “império” inca, e analisar alguns impactos da colonização para esses valores tradicionais. Fiz a escolha de analisar os incas por conta da complexa estrutura que o trabalho teve naquela sociedade. Ressalte-se que a força de trabalho era o principal meio de troca e de renda do Estado.

Porém o trabalho, e outras partes da vida andina, estava ligado à forma de vida dos povos andinos e a uma cosmovisão que carrega princípios tão fortes que regem o sistema econômico, produtivo e político. Tais princípios se chocaram com a visão espiritual, prática econômica e concepção de Estado dos invasores europeus do século XVI.

Esse desencontro será analisado a partir da mercantilização e da ação das agências colonizadoras, da intervenção na espiritualidade, e dos novos usos e usurpações das terras. Relacionam-se as ações colonizadoras e as reações indígenas, visto que esses povos não passaram pelo processo de colonização de forma passiva e

inerte, mas incorporaram muito de sua cultura e concepção de vida/natureza nas transformações culturais no período colonial, formulando novas práticas e concepções do trabalho que amalgamaram às mudanças impostas pelos colonizadores às formas de vida e cosmovisão tradicionais dos Andes.

Para isso, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta as formas de trabalho no Tahuantinsuyo e porque foi uma categoria importante para desenvolvimento do poder Incaico e manutenção das comunidades andinas. O segundo capítulo é sobre os valores do trabalho nos Andes, quais concepções de cotidiano, economia e espiritualidade estão atrelados a essa atividade. O terceiro capítulo mostra como a invasão espanhola alterou as formas de trabalho e introduziu novas lógicas de economia e espiritualidade, impactando os valores sobre o trabalho. Essas transformações, permeadas por resistências e permanências serão abordadas no quarto capítulo, levando às considerações finais sobre os temas.

Capítulo 1 - A centralidade do Trabalho nos Andes pré colonial.

O trabalho, apesar de ser uma atividade central para a humanidade há milênios e também no sistema econômico em que vivemos, é abordado cotidianamente pela ótica de parte dos valores do capitalismo. Foi com a ascensão do capitalismo que o trabalho recebeu seu auge de exaltação. Grande parte da vida das pessoas é voltada para o trabalho: estudamos para trabalhar, cuidamos da saúde para trabalhar, sucesso e dignidade são ao mesmo tempo causa e consequência do trabalho. Porém as formas, objetivos e relações sobre o trabalho fora do espectro do capitalismo é visto com muitos estigmas e generalizações que tentam sempre enquadrar essas atividades em conceitos como “pré-capitalista” ou “rudimentar”.

Na sociedade andina antes do encontro com europeus existia o Tahuantinsuyo, conhecido como “império” Inca, uma sociedade com organização social e economia bem diferente da europeia do início do século XVI e do capitalismo posteriormente desenvolvido. Não havia relação de troca monetária, nem prestação de serviço ou pagamento de impostos mercantilizados, porém, ainda assim, o trabalho foi essencial para as relações sociais nessa sociedade e para a expansão do “império”, como afirma o historiador John Murra (2002).

Dentre os fatores que demonstram essa importância, alguns são relacionados à forma de organização do Tahuantinsuyo em si, que conservou e auxiliou a manter a ordem e a estratificação social, assim como também outros fatores da ordem social andina mesmo após a invasão europeia, o que demonstra algumas das persistências culturais dos povos andinos.

As relações de trabalho em qualquer sociedade estão ligadas a estruturas sociopolíticas construídas, e no governo Inca, abarcavam desde a manutenção da vida dos grupos de forma abundante e segura à estrutura de funcionamento pleno do Estado.

1.1. Trabalho como estruturante da comunidade

O Tahuantinsuyo foi formado a partir da dominação feita pelos Incas de outras etnias da América do Sul, normalmente divididas entre *ayllus*. A definição de *ayllu* de acordo com María Rostworowski (1999) é a de um grupo formado a partir da crença em uma ascendência comum atribuída a alguma *Huaca*¹ O objetivo do trabalho em nível de comunidade era que as pessoas vivessem bem, com abundância² e segurança, visto as condições naturais dos Andes.

Luis Valcárcel (1964), historiador e antropólogo peruano, divide os Andes em três grandes regiões: Costa, Serra e Selva, sendo a Costa composta por muitos desertos, as serras com elevadas altitudes e a selva como um imenso labirinto. Havia dificuldades de produção de alimentos e de outros bens, assim como de transporte e de manutenção das moradias. Portanto, os habitantes dessas regiões tiveram que desenvolver tecnologias que permitissem superar tais dificuldades.

Uma forma essencial de organização produtiva foi os "arquipélagos verticais" onde grupos étnicos anteriores à formação do Tahuantinsuyo cultivavam e criavam diferentes espécies em territórios situados em diferentes altitudes os quais contavam com microclimas específicos que admitiam a produção de determinados bens, mas não de outros. A ocupação para fins agrícolas e pecuários de diferentes pisos ecológicos, diferenciados verticalmente pelas diferentes altitudes, formavam assim uma complementaridade ecológica, que poderia ser compartilhada por mais de uma etnia, ou não. Murra (2002, p. 122) afirma que esse modelo de produção complementar foi incorporada pela dominação incaica. Luis Guillermo Lumbreras (2020, p. 87) afirma que o pertencimento a um *ayllu* gerava direitos e deveres de produção, consumo, acesso a terras e subsistência, logo, não pertencer a um *ayllu* nessas sociedades significava um impacto direto na sobrevivência.

¹ Divindade que está ligada à natureza, como uma montanha, caverna, rio, entre outros. Um *ayllu* é formado por pessoas que vieram de uma mesma caverna sagrada, por exemplo.

² Destaco essa questão da abundância pois em muitos momentos o ensino de história "peca", no ensino básico, ao ensinar que as formas de produção indígenas são de subsistência tecendo uma ideia de sobrevivência árdua, manutenção básica. Quando na realidade, para os povos andinos era muito mais abundante, sem que isso tivesse que virar lucro.

As principais relações de trabalho dentro da comunidade eram o *Ayni* e a *Minga*. O *Ayni* eram trocas de trabalhos prestados dentro de um *ayllu* de forma individual ou em grupo, baseados na ideia de reciprocidade. Uma pessoa ou grupo trabalhava, por exemplo, nas terras de outra pessoa do mesmo *ayllu* e recebia alimentos, bebidas, às vezes folha de coca, e o mais importante, futuramente teria essa força de trabalho retribuída quando oportuno.

Os trabalhos feitos sob a forma *Ayni* eram uma maneira de reafirmar o pertencimento a um grupo, a uma unidade doméstica extensa ou não, e incluíam trabalhos diversos, como ajudar na plantação de alguém, na construção de casas, na criação de animais, entre outros. Esse era um tipo de relação laboral que existia muito antes do Tahuantinsuyo. Essa forma de troca de força de trabalho já era tradição nos povos andinos e as normas e garantias de reciprocidade estavam enraizadas naquela sociedade. Não havia regras explícitas para estipular como deveria ser feito esse intercâmbio de trabalho, mas os padrões culturais consolidados estabeleciam essas relações. Portanto, se alguém do *ayllu* pedia ajuda, este era atendido com a expectativa e praticamente certeza que em outro momento retribuiria o trabalho de forma proporcional de tempo e esforço.

A *Minga*, traduzida como coletivismo, era um trabalho que todos deveriam fazer para o bem estar do *Ayllu*. Esse tipo de tarefa era organizado pelo líder do grupo, chamado de *Curaca*, que programava e convocava os trabalhos necessários para a manutenção do grupo, como construção e conservação de pontes, vias, depósitos, tratamento da terra para semeadura, cuidados com as plantações, manutenção de locais sagrados, entre outros. Essa forma de trabalho era realizada em grupo e não havia retribuições para essas tarefas. Cada trabalhador deveria levar suas ferramentas, seus alimentos e bebidas.

O retorno desse trabalho era o bem estar comum, o conforto e segurança do *ayllu* como um grupo de parentesco, ou seja, essa forma de trabalho também reafirmava o pertencimento ao grupo. Era uma obrigação de que todos deviam participar de acordo com suas capacidades de trabalho, inclusive os portadores de necessidades especiais, como os deficientes físicos, auditivos e visuais, por exemplo. Sempre que houvesse demandas do *ayllu*, o *curaca* organizava as tarefas da *minga*, e essas demandas eram

relacionadas também à recuperação após algum desastre natural, como terremotos, secas, pragas, chuvas em excesso, etc.

A *Minga* era feita para que o grupo pudesse viver em abundância. Havia, dentro do imaginário social, o sentimento de dever com as correspondentes etnias. Além disso, na *Minga* eram feitas tarefas de solidariedade, para viúvas, órfãos, idosos, pessoas com deficiências e enfermos, em que se cultivava nas terras dessas pessoas e se produziam alimentos e bens para que vivessem bem. Por ser uma tarefa obrigatória, quem não colaborava era mal visto e podia ser excluído do *ayllu*. Portanto, essas relações estruturavam a existência da comunidade. Era a partir dessas relações que esses povos driblavam as dificuldades naturais e desenvolveram tecnologias de convívio social e produção econômica.

1.2.Trabalho como sustentáculo do Estado

Diante das várias realizações dos Incas nos Andes, a forma como usaram o trabalho para sustento e expansão se destaca. Os Incas souberam usar as relações pré-existentes a seu favor, e dominaram as quatro regiões em que dividiam a Cordilheira dos Andes. O nome Tahuantinsuyu expressa tal fato. Em quéchua, tawa significa o número quatro; suyu, por sua vez, significa região. Por fim, ntin é um sufixo usado para identificar a união entre coisas. Assim, Tahuantinsuyu pode ser traduzido como quatro regiões unidas.

A principal forma de trabalho para o Estado era a *Mita*. Ela era o trabalho feito para o Estado, a forma de geração de rendas estatais. Pode-se dizer, portanto, que os tributos no Tahuantinsuyu eram pagos com a força de trabalho. Esse tipo de trabalho era detalhadamente organizado e fiscalizado pelo Estado por meio dos administradores e contadores³.

Uma das principais características da *Mita* eram tarefas feitas em grupos por turnos. A tradução da palavra mita para o espanhol significa alternância, temporada, sendo assim o governo central convocava trabalhadores para determinadas tarefas, que eram realizadas por turnos, geralmente de poucos meses, dependendo do tamanho ou complexidade da empreitada. E esse era um trabalho bem remunerado. Os cronistas do

³ Quipucamayoc era o nome dos funcionários que registravam e administravam os quipu, forma andina de registro de informações feita com nós em cordas.

século XVI citam que os mitayos⁴ faziam as tarefas com satisfação, pois havia abundância na retribuição de comida, bebida, e outros artefatos importantes para os povos andinos, como a coca, uma folha sagrada (Espinoza Soriano, 2008, p. 400).

E foi essencialmente a estrutura e organização da Mita que possibilitou o Tahuantinsuyo se expandir e efetivar uma forma de Estado imperial. Com as terras estatais cultivadas, os alimentos produzidos para uso do Estado/Sagrado, as obras de infraestrutura (depósitos, altares, templos, vias, pontes, palácios reais, etc) e os artefatos importantes para trocas (tecidos, animais e coca); os mitayos possibilitaram aos Incas uma configuração de poder expansivo, de estratificação social e manutenção de privilégios, ou seja, a *mita* gerava excedentes de produção que eram usados pelo governante para manter e expandir seu poder e segurança do “império”, entre outras finalidades.

Os excedentes da Mita eram armazenados em *tambos*, uma espécie de depósitos que ficavam em diversos locais, sob cuidados do Estado e dos líderes das etnias, alguns ligados ao religioso, para uso em rituais pelos sacerdotes. Outros de uso militar, esses armazenamentos de mantimentos serviram para sustentar os exércitos que atuavam no domínio de povos originários dos Andes, logo, eram essenciais na empreitada de expansão incaica. Havia também um uso social dos *tambos*, quando havia algum desastre natural, ou outro tipo de dificuldade de sobrevivência, o Estado distribuía os mantimentos para que a população vivesse bem.

Quem obrigatoriamente deveria prestar a *mita* eram homens adultos, casados e de boa saúde. Aqui há uma característica cultural importante da sociedade inca. De acordo com Jonh Murra, somente ao formar uma unidade familiar é que uma pessoa passava a ser contribuinte do Estado, pois ao se casar recebia uma parcela de terra para viver e cultivar⁵. O casamento inaugurava um novo status social, o de *mitayo*.

A organização da mita contava com inúmeros administradores que registravam desde pessoas a materiais que eram utilizados para as tarefas. Havia uma hierarquia de líderes baseados numa contagem decimal de pessoas, ou seja, havia grupos de aproximadamente 100, 1000 e 10000 pessoas e líderes para administrar cada um desses grupos. Outra característica importante da *Mita* é que os *mitayos* forneciam

⁴ Trabalhadores da Mita

⁵ Ao se casar e receber uma parcela de terra, os integrantes do ayllu construíam a casa dos recém casados dentro do arranjo da minga

exclusivamente força de trabalho. As terras, materiais, sementes, e matérias-primas para executar uma tarefa eram fornecidos pelo Estado.

Os trabalhos eram feitos proporcionalmente à capacidade produtiva, e essa é uma característica que foi incorporada das relações pré existentes na América Andina. Felipe Guamán Poma de Ayala, um andino que escreveu crônicas em espanhol sobre a vida dos povos andinos, no início do século XVII, explicou que desde aproximadamente os 5 anos de idade havia uma determinação de tarefas para serem feitas por ambos os sexos. Nesta divisão, havia uma hierarquia, sendo principais os *Hatun Runa*, pessoas entre 18 e 50 anos, o período da vida onde se tem maior capacidade de exercício da força física para o trabalho, e eram esses os mitayos.

Havia também os descansos e momentos de rituais necessários. A vida dos povos originários andinos era muito ligada ao espiritual. O próprio *Sapainca* era considerado o deus sol e as divindades estavam muito ligadas aos elementos e forças da natureza, logo, o sucesso de uma plantação, de uma criação, um desastre natural estava sempre ligado ao sagrado. Assim como as condutas de vida cotidiana tinham uma esfera cosmológica, inclusive o trabalho.

Por fim, havia os *yanas* eram um tipo de servos domésticos. Estavam mais para uma categoria social, porém relacionada ao trabalho, por isso considero importante incluir essa forma aqui. Os *yanas* poderiam ser de classes baixas ou não. Ao se tornar *yana*, uma pessoa perdia os laços de parentesco e origem, e servia a um senhor. Porém os *yanas* não eram considerados escravos, eles tinham acesso à terra e produção, e também podiam alcançar cargos de liderança no território e confiança. De acordo com María Rostworowski (1999) os *yanas* poderiam ser servos do Inca, dos sacerdotes, das huacas⁶, entre outros senhores de destaque, mas ao colocar um servo em uma posição de liderança, o Inca estaria afirmando seu poder. Era uma forma de manter os curacas das comunidades leais ao poder central, visto que poderiam ser substituídos por um *yana*. A vantagem para o Estado era que não era necessário entrar no "jogo" da reciprocidade para ter os serviços dos *yanas*: “ *Para el Soberano del Tahuantinsuyo, los yana representaban una fuerza de trabajo que no era solicitada según las ancestrales formas de reciprocidad, el inca expresaba su voluntad y sus órdenes se cumplían sin más trámite.*” (Rostworowski, 1999, p. 248)

⁶ Huaca poderia ser um local, ou estrutura sagrada considerada uma divindade.

Porém, a autora destaca que foi somente nos últimos governos dos Incas que se chegou a esse nível de submissão dos chefes locais aos yanás, pois foi somente nos últimos decênios anteriores a 1532 que o poder do imperador consolidou-se a esse ponto, assim como as estruturas de funcionamento do Tahuantinsuyo. E para isso foi necessário usar, além das forças de trabalhos locais e estatais, as formas de vida dessas populações, incorporar os valores cosmológicos delas no processo de dominação. E muitos desses valores eram construídos e reafirmados nas relações de trabalho.

Capítulo 2: Valores do trabalho nos Andes

Ao pensar os valores que uma atividade possui, é necessário refletir em primeiro plano os objetivos dela, e em um segundo plano, as relações culturais e sociais que a motivam, a justificam e a ordenam. A vida nos Andes existia, e ainda existe em algumas comunidades, de forma muito atrelada à cosmovisão indígena, uma visão de vida e mundo que envolve, em quechua, a *pacha*, a *runa* e a *waka*, respectivamente, o mundo, o ser humano e o sagrado.

Nas sociedades modernas e capitalistas, houve uma dissociação entre o mundo doméstico e os negócios, uma separação da vida em esferas que em princípio não se relacionam muito, como a vida religiosa, a prática laboral, a vivência familiar, etc. Já nas realidades andinas, há profundas conexões entre o espiritual, a natureza e o ser humano. A ideia de ascendência divina do ayllu revela isso. E a forma do cotidiano, de trabalhar, de usufruir da vida nos Andes reflete essa percepção de mundo.

Exemplo dessa ligação entre as ações dos homens e a natureza está nos estudos de cosmovisão andina feita por Nelson Pauca (2019, p.102) , onde ele afirma que o trabalho era a ligação entre a *runa* e a *pacha*, o homem e a natureza (entendida aqui não só como física, mas espiritual também) De acordo com suas investigações, o trabalho tinha um aspecto sagrado, pois o contato com a natureza era uma forma de adquirir energia da pachamama (Mãe terra) e os resultados disso eram os conhecimentos que desenvolviam sobre plantação, irrigação, fertilidade, construção e interpretação dos fenômenos naturais.

Portanto, não havia separação entre uma vida doméstica e uma vida de trabalho, inclusive no trabalho feito para o Estado. Todos os processos partiam de rituais e crenças espirituais. Esse destaque para o Estado é importante para refletir como o espaço público incorporava, e transformava os valores sociais já existentes. E nesse caso, a cosmovisão atravessava o espaço público, não simplesmente se moldava aos objetivos produtivos, mas era a causa e meio da produção e distribuição. Com base nessa concepção de mundo, os povos andinos tinham alguns valores que regulavam as relações de produção e de economia.

2.1. A reciprocidade, a solidariedade e o coletivismo: Ayni e Minga

A reciprocidade foi uma instituição anterior ao Tahuantinsuyo, as relações recíprocas já eram feitas nas comunidades andinas de forma interior, como o Ayni e de forma exterior, entre curacas. John Murra em seus estudos afirma que havia dois níveis da reciprocidade, um nível local, dentro do ayllu/entre os ayllus onde as relações de reciprocidade eram uma forma de afirmar as relações de parentesco, pertencimento e relações externas. E um nível Estatal, onde o Estado com sua estrutura administrativa e militar obtinha as forças de trabalho dos andinos através das relações recíprocas com os Curacas. Os líderes eram retribuídos ao mandar mitayos⁷ para as tarefas estatais e manter fidelidade ao poder central. E na forma de redistribuição com a sociedade em geral.

O funcionamento da reciprocidade passou por transformações antes mesmo da colonização. Durante o processo de dominação e expansão dos Incas, até seu apogeu, as estruturas da reciprocidade ganharam novos contornos. É importante destacar isso para desvincular as formas de vida indígenas de uma estaticidade/simplicidade que muitas vezes é difundida. De início, o poder do Inca não era forte o suficiente para comandar uma região tão extensa e irregular, visto as formas de ocupação através dos pisos ecológicos. Era, portanto, necessário o uso das relações de reciprocidade. O poder central garantia sua autoridade através das relações com os líderes locais.

“ Todo trabajo que deseaba Yupanqui, lo tenía que solicitar y “rogar” a los señores vecinos. Tenía primero que convocarlos a venir al Cusco, agasajarlos con regalos, comidas y días enteros transcurría en regocijos; sólo después se podía el inca formular su “ruego” y pedir colaboración de los curacas para proporcionar la fuerza de trabajo para emprender tal o cual obra” (Rostworowski, 1999, p. 70)

Era, então, uma forma de poder indireto. Porém no ápice do Tahuantinsuyo o poder do Inca já estava estabelecido, e as relações não necessitavam tanto do uso da reciprocidade como engrenagem de crescimento. Isso porque apesar de tão central na região, tinha um custo muito alto para o Inca. Para mantê-la, ele deveria primeiramente acumular muitos excedentes de alimentos, objetos sagrados, tecidos, coca, metais

⁷ Mitayos são os trabalhadores das mitas

preciosos para poder presentear os curacas., além do tempo que demorava para fazer um pedido dentro das relações de reciprocidade. Nesse novo contexto, o uso dos yanacs foi fundamental. Como já foi explicado anteriormente, as tarefas desempenhadas por um yanaca não dependiam da relação com a comunidade, ou seja, da reciprocidade. Esses “servos” apenas realizavam as ordens. Eram então uma força de trabalho mais leal e com menos procedimentos burocráticos, além do uso dos yanacs como curacas substitutos, os yanacs também trabalhavam nas terras das famílias do Inca, chamadas de *panaca*, e em outros locais, como templos sagrados. Tais transformações revelam um novo estágio do amplo poder do Tahuantinsuyo, não tão dependente dos curacas locais. Mas ainda a reciprocidade foi um valor existente dentro das comunidades, inclusive nos ayllus incaicos. O trabalho como ayni foi uma representação plena de como a reciprocidade foi ao mesmo tempo uma engrenagem e um valor sociocultural estruturante da comunidade andina e do Estado incaico.

Já os valores da Minga retratam dois aspectos importantes essencialmente para a comunidade, a solidariedade e o coletivismo. Na minga, como já foi citado, se trabalhava para os enfermos, os idosos, as viúvas e os órfãos, para garantir que as plantações dessas pessoas tivessem sucesso, ou para beneficiá-las com uma construção/conserto necessário. O que leva a refletir sobre qual era o local social dos que eram impedidos de trabalhar numa sociedade em que o trabalho é central. Dentro de uma lógica ocidental, em que o trabalho é uma ação individual com ganhos individuais, a impossibilidade de trabalhar leva a problemas como pobreza e mendicância. Mas no Tahuantinsuyo, por conta dessas tradições culturais de comunidade e solidariedade, não havia pessoas em situação de miséria, nem mendigos. Quando os colonizadores europeus encontraram a sociedade inca e se depararam com uma realidade sem miséria, sem pessoas em situação de pobreza, ficaram impressionados.

Dentro dos valores sociais dos povos andinos estavam o bem estar da comunidade, logo, o sistema econômico e produtivo não tinha uma base individual, mas comunitária e regida pela cosmovisão andina. E isso se relaciona com os objetivos deste sistema. É válido lembrar que no Tahuantinsuyo não havia dinheiro, moeda ou algo correspondente a um sistema monetário, portanto as relações eram baseadas nas prestações de serviços e nas distribuições de excedentes.

Não havia objetivos de lucros pessoais ou de acumulação individual. As noções de riquezas também eram diferentes das ocidentais. Um dos choques que os colonizadores tiveram com os andinos foi o desprezo dos povos originários por metais preciosos como riqueza individual e as ideias de acumulação pessoal e progresso pessoal, pois dentro da forma de vida majoritariamente comunitária, o enriquecimento pessoal não fazia sentido para esses povos. Mas também não podemos cair na falácia de que os povos indígenas produziam apenas para subsistir, essa ideia de economia de subsistência é um dispositivo eurocêntrico que chega a ser pejorativo ao analisar a economia e tecnologia andina, vistas as técnicas de produção agrícola desenvolvidas para superar as dificuldades ambientais, diversificar a produção e melhorar as prestações de serviços, a abundância agrícola e de outros produtos.

Outro valor que a minga expressa é o coletivismo. Julio Obando (2015), em seus estudos a respeito da minga, afirmou que para além de uma relação de trabalho, a minga era um dispositivo central nas comunidades, pois a coletividade proposta por essa atividade era um instrumento de desenvolvimento comunal. A partir desses turnos de trabalho em grupo que os povos dos Andes puderam desenvolver formas de produção, deslocamento, moradia que superasse os obstáculos na região e assim garantir a conservação e desenvolvimento desses povos.

O coletivismo na minga colaborava também para a gestão da comunidade, a partir do sentimento de pertencimento gerado com as atividades. A coletividade funcionava como um unificador, então o Curaca conseguia captar a colaboração das pessoas e administrar aquele corpo social, formulando objetivos em comum e mirando os compromissos necessários com outro, seja de colaboração nas atividades ou na dedicação direta para o outro. Esse coletivismo também é expresso na Mita, ou seja, houve uma incorporação por parte da dominação Inca dos valores pré existentes nos Andes.

2.2. Hierarquia e espiritualidade na Mita

A Mita por ser uma forma de trabalho para o Estado, melhor desenvolvida e plenamente utilizada durante a dominação incaica, tem valores sociais da comunidade como expresso anteriormente, mas também tem valores mais ligados com a manutenção do Tahuantinsuyo como um Estado expansivo. Um deles é a validação de uma

sociedade estratificada. Ao tratar dos valores antropológicos do trabalho e se deparar com os valores culturais da sociedade andina é possível que se caia numa falácia de que foi uma sociedade igualitária, porém, na realidade a estrutura social do Tahuantinsuyo era muito bem segmentada e controlada, no sentido de manter aquela ordem organizacional.

Apesar dos valores comunitários e equitativos que o sistema econômico andino apresentava no âmbito comunitário, a nível Estatal várias assimetrias existiam. A sociedade inca não vivia uma igualdade. Curacas e parentes reais viviam em palácios, não precisavam trabalhar e recebiam muitas regalias das relações de reciprocidade, seja de parentesco ou de relações políticas. A mita era uma forma de trabalho em benefício do poder. O Estado inca não poderia existir sem as produções dos mitayos, logo, a realização das atividades agrícolas, de mineração, artesanais e religiosas contavam com constante controle e vigilância do Estado, o qual castigava e reprimia quem não cumprisse a mita. Os numerosos administradores e os diversos níveis hierárquicos de liderança garantiam a força de trabalho necessária para manter os privilégios dos incas, das aristocracias, e a fidelidade das etnias através dos benefícios aos curacas. Administradores e quipucamayoc⁸ exerciam essa função de garantir que a ordem e divisão das forças de trabalho abastecessem o “império”. O rigor com os registros era tamanho que o cronista Garcilaso de la Vega escreveu:

*“Sabia o Inca e seus vice-reis e governadores de cada província e reino quantos vassallos havia em cada cidade para repartir sem dano as contribuições das obras públicas, que em comum estavam obrigados a fazer em suas províncias, como pontes, estradas, calçadas, os edificios reais e outros serviços semelhantes”*⁹

Os trabalhos da mita não eram exaustivos, havia uma alternância, Valcárcel sugere que cada grupo de mitayos trabalhavam em média 3 meses em um ano e que como uma pessoa tinha um valor de unidade produtiva, tinha-se cuidados para que não se esgotasse essa fonte de produção. Como por exemplo, em geral, os mitayos trabalhavam em regiões de clima parecido com aquele em que viviam para não ter altos

⁸ Quipucamayoc era o nome dos funcionários que registravam e administravam os quipu, forma andina de registro de informações feita com nós em cordas.

⁹ Vega, Garcilaso de La. O universo incaico. São Paulo: EDUC, 1992. P. 47.

desgastes e também respeitavam a capacidade produtiva das pessoas, logo, nem todos participavam da Mita. Havia também retornos por parte do estado para os mitayos: comidas, bebidas, roupas, coca, além de que todas as ferramentas e matérias necessárias para as atividades eram fornecidas pelo Estado. Como mencionado, os mitayos forneciam apenas a força de trabalho.

Foram incorporados também, à mita, aspectos espirituais que na prática já eram realizados nas tarefas em geral. Para semear, colher, construir, tecer, ou qualquer outra atividade havia rituais importantes em que se acreditava que as deidades abençoariam aquela ação. E isso era tão inserido na cultura andina que alguns estudiosos pesquisaram o papel da cosmovisão/espiritualidade para o trabalho nos Andes, no período pré colonial.

Espinoza Soriano (2008, página 389) aponta que o tempo dedicado aos rituais e compromissos espirituais era praticamente o mesmo dedicado ao trabalho, e que os processos de trabalho tinham estruturas e procedimentos ligados ao sagrado. Por exemplo, pelo sistema de Ceques¹⁰, que apontava um local sagrado (huaca), era definida a melhor data para plantar e colher.

E a partir desses rituais e festividades para se iniciar, desenvolver e finalizar um trabalho, especialmente a mita se beneficiou disso, pois eram trabalhos entendidos como um serviço ao sagrado. Logo, era uma obrigação justificada no imaginário social andino, havia um sentido espiritual em prestar a mita. Garcilaso de la Vega escreveu que os andinos iam trabalhar usando roupas finas, de festa, levavam instrumentos musicais, cantavam e dançavam. Sendo o Sapa Inca uma divindade importante, trabalhar nas terras do Inca era encarado como uma satisfação, uma alegria. E essa característica de festividade durante o trabalho também foi incorporada dos aspectos já existentes.

Valcárcel escreveu que a Minga também era uma atividade que se realizava com prazer. Ele descreve que eram atividades esperadas como se espera uma festa, e todos dançavam, cantavam e comiam. Por fim, a Mita, apesar de ser um instrumento estatal contava com diversas características da comunidade. Destaco aqui uma essencial na sociedade andina, a redistribuição. Como já foi exposto, o objetivo das atividades

¹⁰ Uma interpretação do céu, do surgimento ou desaparecimento de estrelas, de fenômenos como eclipses foram criadas 41 linhas saindo do templo do sol em Cusco e 350 pontos longo do Tahuantinsuyo que marcava locais e objetos sagrados, e eram relacionados também a marcação do tempo, um calendário baseado nos astros celestes.

econômicas nos Andes são em geral o bem estar da comunidade. E o Tahuantinsuyo atuava nisso da seguinte forma, a partir da sobreprodução desenvolvida, o Estado armazenava todo tipo de produtos, sejam alimentos, objetos sagrados, minerais, armas, tecidos, entre outros. E eram redistribuídos para o sustento do Estado. Isso incluía as famílias reais que não trabalhavam e sacerdotes, para sustento dos militares, importante camada social em um Estado expansivo e de acordo com as necessidades e emergências dos ayllus, como quando ocorria uma perda de colheita, seca ou qualquer tipo de desastre natural. Havia um interesse por parte do Estado não só de manter seus privilégios e regalias mas também o bem estar da população, apesar das assimetrias que a estratificação social proporcionava. Isso não exclui as características de justiça social e amparo estatal do Tahuantinsuyo, mas alerta que não há uma imutabilidade nas relações, nem utopia nos processos sociais e econômicos andinos.

Capítulo 3: Elementos do Trabalho na colonização espanhola

Todas as estruturas, relações e valores presentes no período pré-colombiano sofreram alterações a partir do século XVI com o encontro entre povos originários e colonizadores espanhóis, apesar de os grupos andinos estarem, de certa forma, habituados com regimes de dominação, como era a dominação dos Incas. A dominação espanhola foi um acontecimento que transformou a sociedade e o meio ambiente andino.

Os significados das relações sociais, comerciais, das concepções sobre natureza e espiritualidade pautados pela cosmovisão andina, assim como as formas de se organizarem politicamente, e o papel que o Estado desempenhava, se chocaram com as formas de vida e ambições dos colonizadores, pautados pela acumulação de riquezas e pela cristianização, levando a um processo de conquista e colonização dos povos originários dos Andes marcado por novas complexidades, ambiguidades, resistências e sincretismos

3.1 Características gerais do pensamento da colonização espanhola e do trabalho na Europa.

A chegada dos conquistadores espanhóis à região do Tahuantinsuyo foi motivada pelas possíveis oportunidades de realizar as ambições daqueles homens. No contexto europeu do século XVI, apesar de a ideia de acumulação capitalista ainda ser bastante primitiva, as pessoas que embarcaram naquela empreitada queriam demasiadamente acumular riquezas e obter títulos. A ascensão social com prestígio na sociedade europeia era a busca essencial dos conquistadores, como afirma Hector Noejovich (2020, p.36).

O que proporcionou a conquista e colonização das Américas foi o período de transformações que a sociedade europeia vivia no século XV/XVI. Com o resgate da centralidade humana para o pensamento social, cultural, político e econômico a partir do

Renascimento, da retomada expansiva do comércio, da formação das nações europeias, o valor do trabalho passou por mudanças na Europa.

“A introdução da noção de liberdade da atividade humana acabou por exaltar o valor-trabalho. De indigno para os gregos e romanos à consequência do pecado para os cristãos, o trabalho transformou-se em livre atividade racional no Renascimento.” (Ottoni e Gomes, 2014, p. 12)

A transformação aludida combinou-se com a cristianização dos povos originários. Apesar das transformações, e do deslocamento da centralidade da Igreja Católica na Europa, o contexto da Conquista e início da colonização era ainda um contexto de transição, logo não havia rupturas muito estabelecidas. Então, mesmo sendo um meio para a dominação colonial, defender que o uso da religião católica foi apenas um subterfúgio ou pretexto para a dominação seria um equívoco.

A Igreja católica, como espiritualidade e como instituição, ainda influenciava bastante a vida dos europeus, a cultura, a política e a economia. Mesmo que em processos de transformações, essas esferas da existência, separadas umas das outras modernamente, mas não nos séculos XV, XVI e XVII, ainda eram muito impactadas pelas normas e estabelecimentos cristãos.

E foi com essa conjunção de dever catequizador e ambição mercantilista que os conquistadores chegaram aos Andes e encontraram um outro, que não foi enxergado. Considerando o impacto e o espaço que o pensamento cristão medieval tinha na sociedade européia, a visão do europeu sobre a América e sobre os povos originários foi construída a partir de seu próprio prisma cristão, e a leitura da realidade viu naquele contexto uma oportunidade de saquear, enriquecer e por fim e também como meio, catequizar. Não se teve interesse em conhecer as sociedades ali já existentes, suas tecnologias, formas de organização e conhecimentos. O olhar sobre o outro só foi feito a partir do momento em que foi necessário justificar os empreendimentos, a catequização, civilização e salvação dos indígenas e principalmente, quando foi necessário usá-los para enriquecer.

Apesar de o ouro e a prata encontrados no Tahuantinsuyo serem o que os conquistadores queriam, e procuravam, extrair tais metais preciosos nunca esteve entre

as intenções deles. Era necessário, para além dos metais preciosos, quem extraísse, ou seja, a mão de obra indígena. Diferente dos valores atuais sobre o trabalho e riqueza, desenvolvidos principalmente a partir do século XVII, onde, a partir dos fundamentos capitalistas, o trabalho foi direcionado cada vez mais pela ideia de racionalidade, em que o ser humano dominava a natureza e confirmava sua superioridade e dignidade, como uma forma de ascensão meritocrática, a visão sobre o trabalho e riqueza para os espanhóis naquele período era outra. Para obter riquezas, não se considerava digna a acumulação de riquezas por quem a acumulava, mas a partir da dominação e do direito sobre o outro.

Há vários exemplos dessas noções dos espanhóis sobre os povos indígenas. As descrições de Colombo sobre a América, misturando a natureza, topografia, vegetação com seres humanos como escreve Todorov em “ A conquista da América” ou o *Requerimiento*, nota lida pelos espanhóis, em espanhol, antes de iniciar as guerras de conquista declarando que aquelas terras e pessoas haviam sido doadas para eles pelo representante de São Pedro – o papa- e que eles deveriam se sujeitar ao domínio espanhol, conforme abaixo:

“Portanto, em virtude da mencionada doação, suas majestades são reis e senhores destas ilhas e desta terra firme. Algumas ilhas, e na realidade praticamente todas que têm sido notificadas desta maneira, têm recebido suas majestades como reis e senhores, e os têm obedecido e servido como súditos devem fazer: servindo com boa vontade e sem nenhuma resistência e portanto sem atraso, assim que foram informados dos fatos acima mencionados. Esses povos obedeceram e acolheram do mesmo modo os religiosos que suas altezas lhes enviaram para pregar e ensinar a nossa Santa Fé; todos eles de sua livre vontade e de bom grado, sem prêmio nem condição alguma, tornaram-se cristãos e assim permanecem, e suas majestades os acolheram com alegria e benignidade, e em conformidade mandaram que fossem tratados como os demais súditos e vassallos – sendo que vocês estão sujeitos e são obrigados a fazer o mesmo” (Trecho do Requerimiento)

Como escreve Dussel (1993, p. 35,36), não há uma descoberta do Outro, e sim um encobrimento, onde o outro é visto como a si-mesmo, mas a partir de suas faltas: sua falta de cultura, de política, de religiosidade, o que obriga os europeus a civilizá-lo e a cristianizá-lo, e assim deixar de ser faltante. Em suma, o outro deveria então passar por um processo que confirmasse o ego europeu de centro do mundo e da civilidade.

E a partir dessa concepção de outro, os espanhóis iniciaram um processo violento e compulsório em nome de suas próprias esperanças e anseios, e para essas realizações, os indígenas tiveram que trabalhar não no ritmo europeu, mas no ritmo das ambições europeias. O uso da mão de obra indígena pelos europeus levou a mortes em escalas altíssimas¹¹, que chegou a dizimar grupos inteiros, e a profundas transformações no modo de vida dos povos originários.

As primeiras ações dos conquistadores em relação ao trabalho foram, primeiro, escravizar os indígenas, a partir das guerras de conquista, e sobre isso houve diversas mudanças legais sobre o direito ou não de escravizar os povos tradicionais relacionando com os debates teológicos sobre a humanidade de tais povos. E segundo, trazer uma instituição europeia para as américas, a *encomienda*, uma forma de trabalho que cumpria perfeitamente o que os conquistadores queriam. Como escreveu Noejovich (2020, p. 36), ela garantia rendas, prestígio e poder.

A *encomienda* foi desenvolvida durante os processos de Reconquista da Península Ibérica e foi adaptada para a realidade dos Andes, visto que na Europa os encomenderos tinham direito a propriedades de terras, e nos Andes as terras dos indígenas foi uma pauta de negociação com a Coroa, logo, inicialmente os encomenderos não tinham direitos sobre a terra. Eles tinham direitos de cobrar tributos dos indígenas, que a partir da conquista eram súditos da Coroa, ou poderiam ser escravizados, caso não aceitassem a dominação espanhola. A contrapartida da *encomienda* seria educar/catequizar os encomendados, revelando a incorporação do catolicismo nos processos coloniais. A exploração dos povos indígenas foi tão intensa e tão fatal que teve que ser combatida legalmente anos depois. O que de início foi o “pote de ouro” dos empreendimentos, financiador das conquistas e também sustento dos conquistadores, que não poderiam sobreviver nos Andes sem o auxílio e conhecimento dos povos originários, destruiu tanto tais povos que passou a ser uma ameaça para o

¹¹ Propiedad de la tierra, agricultura y comercio. GLAVE, L. M. aponta a demografia indígena antes e depois do contato com europeus, principalmente após as encomendas.

empreendimento colonial e controle da Coroa. Essa marca de violência, que mesmo com tentativas de ser combatida, por notas da coroa, pedidos de religiosos, regras de tratamento dos povos e resistência firme dos povos indígenas, atravessou todo o processo de colonização, e não se expressou apenas de forma física. Houve também uma violência econômica, ao obrigar mudanças nas formas de produção e relações produtivas, e violência espiritual, ao criminalizar as expressões cosmológicas e espirituais andinas, impondo o catolicismo.

3.2 A mercantilização da força de trabalho e a privatização das terras

As mudanças que certamente mais afetaram as formas produtivas nos Andes foram a mercantilização da força de trabalho e a monetização dos tributos. O objetivo da produção colonial era o lucro para enriquecer o colonizador. Para isso era necessário o trabalho compulsório dos indígenas, que antes trabalhavam a partir de outros objetivos e relações. A relação principal entre um indígena e o poder central do Tahuantinsuyu era o fornecimento da força de trabalho. Com a colonização europeia, passou a ser cobrado tributo em moeda, o que altera toda a estrutura de pensamento de produção.

O Estado colonial só foi consolidado a partir de 1569 com Toledo como Vice Rei. Sua atuação transformou a importante instituição Inca, a mita. Essa forma de trabalho que era a mais importante para o Tahuantinsuyu foi incorporada ao sistema colonial, mas com mudanças necessárias para o novo sistema econômico, o capitalismo.

Durante a colonização, a mita se tornou um trabalho compulsório, pois o turno de trabalho no Tahuantinsuyu era em média de três meses. Já durante a colonização, o *mitayo* passou a servir por um ano, de acordo com Hector Noejovich. Também se tornou um trabalho remunerado, pois a partir da remuneração da mita, as comunidades pagavam os tributos e, em especial, o tributo indígena.

Para os espanhóis essa mudança era parte de um processo civilizador, onde os indígenas estavam aprendendo a vender sua força de trabalho. É importante destacar que nesse período inicial não havia um comércio bem desenvolvido na região do Peru, logo as rendas coloniais eram principalmente esses tributos indígenas, o que estreitava ainda mais a relação entre monetização e compulsão do trabalho. Eduardo Natalino

(2004, p. 191) afirma que o sistema colonial transformou a mita em uma espécie de escravidão.

Outra transformação pela qual a mita passou foi o tipo de trabalho desenvolvido. Durante o Tahuantinsuyo, os trabalhos eram principalmente de agricultura e construções de obras públicas, que tinham retornos muito práticos nas vidas dos trabalhadores, sejam espirituais, ao considerarem aqueles trabalhos como um serviço ao sagrado, que seria abençoado e retribuído, seja na manutenção da vida cotidiana, quando as estradas e pontes construídas eram usadas por eles, para facilitar, por exemplo os deslocamentos entre os territórios verticais, ou a construção e manutenção de depósitos (*Tambos*) que garantia alimento caso houvesse algum imprevisto. Durante a colonização, o principal trabalho desenvolvido foi a mineração.

Uma forma de trabalho que além de não ter retornos práticos para as vidas daqueles povos, exigia um esforço muito maior e de periculosidade extrema. Há, portanto, um deslocamento produtivo muito impactante, que levou conseqüentemente a mudanças nas estruturas rurais e urbanas. Houve, ao longo da colonização, uma urbanização em torno das principais regiões de mineração e de centro governamental, como é o caso de Potosi e Lima, respectivamente. Claro que esse foi um processo gradual e com muitos detalhes, mas destaco o caso de Potosi, que ao final dos primeiros séculos de colonização chegou a ter 50.000 habitantes, logo, os indígenas que iam trabalhar nas minas muitas vezes não voltavam para suas comunidades, ruindo a forma de vida comunitária em algumas regiões.

O processo de exploração de minerais preciosos também passou por transformações. Como as minas já eram exploradas no Tahuantinsuyo, o início da exploração colonial foi feita a partir dos conhecimentos e tecnologias andinas, pois era o que os espanhóis tinham disponíveis. Os minérios eram fundidos e refinados com uma técnica chamada *guaira*, onde os próprios mitayos tinham seus fornos para beneficiamento dos minerais. Nesse momento então os mitayos tinham posse de parte dos meios de produção. Mas essa técnica tinha muitas limitações, e com o surgimento das técnicas de amalgamação, refinamento de ouro e prata com mercúrio, o uso da *guaira* caiu, e acrescentou mais um trabalho para os mitayos já que além de extrair o mercúrio, essa nova técnica permitia tratar metais de médio e baixo grau de qualidade,

aumentando a produção, como afirma Carmem Salazar em *Minería y Moneda En La Época Colonial Temprana* (2020, p. 127).

A amalgamação transferiu todas as fases do processo produtivo para as mãos dos colonizadores, levando os povos indígenas a viverem de forma cada vez mais precária e miserável. As condições de trabalho, além de jornadas longas e imprecisas, incluíam carregar muito peso, mudanças intensas de temperatura, doenças respiratórias etc. Salazar cita a silicose, que debilitava e matava os mitayos, como resultado da trituração dos minerais, além do envenenamento por mercúrio:

“ Las condiciones más nefastas parecen haberse dado en las minas de Huancavelica, donde los trabajadores no solo sufrieron intoxicaciones con el azogue (azogados), sino con otros gases tóxicos. Y, más aún, sabemos que se producían derrumbes, pues parece que las rocas que rodeaban el mineral eran suaves e inestables” (Salazar, 2020, p. 148)

Ou seja, o trabalho em si muitas vezes era fatal para os trabalhadores. Além disso, a introdução de moeda nas relações sociais levou a pressões cada vez mais altas de trabalho individual para sobreviver. O que pode ser expresso na mudança pela qual a Minga passou. Antes, ela era um tipo de trabalho feito em grupo para a comunidade e com a colonização passou a nomear indígenas que trabalhavam voluntariamente em troca do pagamento de salários, e não somente através da designação do chefe local.. Os mitayos, nos momentos de folga, aceitavam trabalhar em troca de remuneração como um trabalhador livre. Isso mudou completamente o sentido que a minga tinha antes e leva também a uma maior concentração de indígenas nas cidades, pois após acabar suas mitas, muitos não retornavam para as comunidades e iam trabalhar como mingas e assim sustentar suas famílias.

Para além das modalidades de trabalho, houve outras mudanças que impactou as relações econômicas nos Andes, como o acesso e propriedades das terras. Durante o Tahuantinsuyo não existia propriedade privada, logo não havia um mercado de terras, mas na Europa a propriedade privada já era há tempos sinônimo de riqueza. Com o (des)encontro entre espanhóis e andinos, e a dominação colonial muita coisa mudou nas relações agrárias nos Andes. Desde o início das guerras de conquista e do sistema de encomendas, os espanhóis entenderam que o uso e posse das terras nos Andes eram

importantes e complexas. Então, uma adaptação inicial que fizeram foi respeitar, em certa medida, as terras indígenas, como foi manifestado no *Requerimiento*. Porém não demorou muito para que a mercantilização entrasse também nas relações agrárias. Com um aumento de urbanização em alguns locais, o colapso demográfico indígena e as pressões cada vez mais altas de introdução de formas mercantilizadas de economia, não demorou para se criar um mercado de produtos agrários.

Com isso, as terras também passaram por processos de privatização. Glave explica que inicialmente, com a baixa da população indígena, algumas terras consideradas vazias, ou seja, que não estava em uso indígena, foram doadas para encomenderos, conquistadores e pessoas do poder colonial, como Corregedores, que depois vendiam, ou acrescentavam, formando uma espécie de grilagem das terras. Nessas terras também eram designadas indígenas para a mita, pois a renda de uma terra era a produção agrícola ou pecuária, e quem trabalhava nos Andes eram os povos originários.

“el desarrollo de las fuerzas productivas y la transición del modo indígena comunal de producción a nuevas formas de producción serviles, salariales y comunales, desnaturalizadas por la mediación del poder colonial en el ámbito local.” (Luis Miguel Glave, 2020, p. 352)

Nesse período, de consolidação do poder colonial, começou a formação de latifúndios, e anos depois passou a se formar as empresas agrícolas do período colonial que ficaram conhecidas como *Haciendas*. Uma expressão prática da relação entre mercado agrícola e posse de terras. Nessas *Haciendas* foram formadas uma espécie de realidade social própria, marcadas por servidão, dependência e paternalismo. Há comparações do funcionamento das *haciendas* com estruturas feudais. Nessas propriedades produtivas os *yanacunas* foram muito importantes. Glave descreve que o trabalho de *yanacunas* nas *haciendas* foi o que levou ao crescimento dessas empresas agrícolas, e os salários dessas pessoas eram não somente monetários, mas também a proteção, bens e uso da terra. O que levou a uma forte dominação dos proprietários de terra sobre os trabalhadores das *Haciendas*.

Outro elemento que contribuiu para a formação da propriedade da terra no período colonial foram as *reducciones*, uma transformação das comunidades indígenas.

Com a necessidade de manter agrupados os povos originários tanto para catequizar como para organizar a força de trabalho, foi desenvolvida uma forma de concentração forçada das populações indígenas. Os objetivos das reducciones eram religiosos, no sentido de converter os indígenas ao catolicismo; e Políticos, ao ter um controle direto sobre os povos indígenas e transformá-los em súditos da administração colonial, ou seja, um objetivo também civilizador do ponto de vista europeu. E por fim, elas tinham também objetivos econômicos, pois os indígenas deveriam produzir para pagar seus tributos e as terras que eles deixavam para ir para as reducciones seriam então posse da Coroa e da estrutura de poder colonial.

Houve muitos problemas em relação às reducciones, principalmente em relação à forma de vida andina. A forma de produção e ocupação dos povos andinos era baseada nos arquipélagos verticais, havia vários pisos produtivos espalhados que garantiam uma vida confortável e alimentação diversificada. Ao reduzir os indígenas, esse fator não foi respeitado, o que impactou muito a qualidade de vida desses povos. Outra questão foi o cotidiano religioso. Como havia um objetivo catequizador nas reducciones, as comunidades estabelecidas em reducciones não poderiam mais praticar seus rituais e demais práticas espirituais, levando a transformações na cosmovisão que serão aprofundadas no próximo capítulo.

As transformações nas práticas de trabalho, nas relações econômicas e na posse de terra não foram assimiladas pelos povos originários de forma passiva. Houve resistências, guerras, associações, formação de entendimento próprio daquelas novas realidades, que levaram a efeitos nos valores do trabalho para esses povos.

Capítulo 4: Os impactos nos valores do trabalho.

O que sustentou as formas de trabalho incaicas antes da colonização foram os valores cosmológicos atribuídos a elas e a atuação do Estado. As noções de Estado, como toda categoria histórica, passa por transformações junto da sociedade. No Tahuantinsuyo, a concepção de Estado não está somente ligada ao exercício do poder, visto que havia várias relações de poder e em muitos âmbitos quem mandava mais eram os curacas locais. Logo, o exercício do poder incaico dependia das relações com os chefes locais. Sendo essas relações expressas pelos valores culturais, um bom líder tinha que ser generoso, então as ações estatais em relação ao trabalho muitas vezes eram regidas por essa ideia.

Como já foi pontuado anteriormente, a retribuição da Mita incaica era bastante generosa. Outra característica do Estado era seu papel espiritual e histórico. O Inca era considerado um Deus e os processos de trabalho, seja para o Estado, seja para a comunidade, envolviam rituais e concepções espirituais específicas. E para recapitular alguns dos valores existentes nos Andes pré colonial sobre o trabalho, havia a generosidade relacionada com o *ayni*, a solidariedade com a coletividade na *minga*; e a espiritualidade relacionada com a coletividade na *mita*.

E para entender as transformações nos valores sobre o trabalho após a invasão europeia, vou explorar as concepções do novo estado colonial, junto com as transformações econômicas e as transformações no âmbito religioso/cosmológico que se relacionam com as formulações que os povos originários fizeram sobre aquela nova realidade.

4.1 O coletivismo e a solidariedade na colônia .

Com a invasão europeia das sociedades andinas, os objetivos e formas de produção foram transformados. Se antes havia um domínio de atividades coletivas, como a *minga* ou a *mita*, pela necessidade de produzir para suprir as necessidades da comunidade e fortalecer as relações intracomunais, a monetização da força de trabalho e

dos tributos levaram a transformações quanto às relações entre o indivíduo e a família a que pertecia em relação à coletividade nesse novo período.

Uma das mudanças que houve foi em relação aos *yanas*. Essa era uma categoria social relacionada ao trabalho que desempenhavam, e também ligado a sua relação com a comunidade, no caso, a falta de relação. Ao se tornar um yana, o indivíduo perdia os laços de parentesco com a comunidade de origem e toda comunicação com seu *ayllu*. Portanto, ser um *yana* colocava aquelas pessoas à margem da sociedade, mesmo com o desenvolvimento de algum prestígio no auge do Tahuantinsuyo, uma vez que o *yana* servia ao curaca da comunidade e poderia vir a ocupar cargos de mando e de direção. Apesar disso, uma vez que as culturas andinas privilegiavam as relações do indivíduo com a comunidade, não ter essas relações era um problema no mínimo de pertencimento, por estar à parte do corpo social.

Durante a colonização, desde o início os yanás se aliaram aos novos “senhores” pois ao estarem em posição de servos e flutuantes na sociedade, viram nos conquistadores uma nova possibilidade. E de fato, as novas formas de produção mudaram bastante as concepções sobre os yanás. Um primeiro fator foi que essa classe continuou excluída do pagamento de tributos. Destaco que o pagamento de tributos, seja para encomenderos no período da conquista, seja para a Coroa com a consolidação da colonização, foi tão intensa e compulsória que causou a morte de muitos indígenas. Assim, ser yana ao longo da colonização era uma forma praticamente de preservar a vida.

Um resultado disso foi o crescimento da quantidade de yanás ao longo do período colonial. John Murra (2002, p. 335) estima que no Tahuantinsuyo essa população era de cerca de 2 a 3% da população, e Carmen Salazar (2020, p. 149) explica o aumento dos yanás por serem essenciais na escala de produção em Potosí. Eles atuavam em tarefas especializadas, como a fundição por *guaira*. Uma explicação possível é que os indígenas ao deixarem a comunidade, deixavam de pagar o imposto do *ayllu*, e com isso podiam receber mais, trabalhando por mais tempo e em atividades especializadas nas minas.

Salazar (2020, página 149) escreveu que os yanás tinham que pagar meio kilo de prata por semana, e ficavam com o que sobrasse, levando essas pessoas a entrarem no mercado de consumo que se formava principalmente nessas regiões urbanas das minas.

Além desse momento inicial da colonização relacionado com a mineração, quando do estabelecimento das haciendas, os yanás também se destacaram na quantidade de mão de obra, mas estabelecendo relações inspiradas nas relações feudais medievais.

Dessa forma já é possível perceber duas características desse novo momento: há a emigração de muitos indígenas das comunidades onde haviam nascido, algo que antes era mal visto e temível, e uma preferência por realizar trabalhos individuais, mostrando assim como os empreendimentos coloniais foram desestruturando as comunidades e suas formas de vida. Muitos deles não saiam da comunidade porque aquela lógica de organização não fazia sentido pra eles, mas porque a pressão para se adaptar a uma nova realidade econômica, que gerou muita pobreza nas comunidades, forçava a novas formas de vida, mesmo que isso significasse abandonar o *ayllu*.

Outro ponto do enfraquecimento da comunidade é relacionado ao tratamento do Estado. A concepção de que o Estado deve retribuir material e espiritualmente a população é uma ideia andina. Já na Europa, nos séculos XV, XVI e XVII, ele existe para exercer poder sobre uma população e território e para proteger a cristandade. Não há nenhuma ideia de reciprocidade material, nem de servir à comunidade. É inaugurado, então, um novo tipo de relação entre poder central e comunidades locais, estabelecida a partir da dominação e da violência de um novo tipo. Exemplo disso é que na mita colonial não havia retribuições dentro das tradições andinas, como o fornecimento de roupas e alimentos, como a coca, que era um item importante para a espiritualidade e prática dos trabalhos. Havia a previsão de que o pagamento se fizesse em moeda segundo montantes regulamentados por Toledo, mas que muitas vezes na prática não eram pagos.

A adesão dos líderes indígenas à mita colonial foi, na realidade, uma negociação, como afirma Salazar “*Es decir, a cambio de este reordenamiento y de la consolidación de los derechos territoriales, los caciques accedieron a la entrega periódica de los contingentes mitayos*” ou seja, eles disponibilizavam mão de obra para os empreendimentos coloniais e em troca eram garantidas as formas de ocupação tradicionais, visto que os territórios das comunidades eram espalhados em diferentes pisos ecológicos.

Em relação ao direito e ocupação das terras também houve mudanças como foi explicado anteriormente. As *reducciones* afetaram as formas produtivas da comunidade

pressionando também para que os povos originários entrassem na economia mercantil. Trabalhar como *mitayo* sem as retribuições conhecidas tornou a *mita* um trabalho vazio de sentido tradicional e esse é um outro fator que comprometeu os valores da comunidade, enfraqueceu o sentimento de pertencimento, de dever com o outro, e de reciprocidade, além de gerar um grave déficit de força de trabalho, uma vez que as comunidades enviavam periodicamente para Potosí homens sadios e em idade produtiva, parte dos quais morria, parte se tornava *yana* permanecendo na cidade e, entre os que voltavam, muitos encontravam-se doentes e incapacitados para o trabalho em razão dos acidentes que sofriam e da exposição ao mercúrio e às partículas de minério suspensas no ar.

Apesar do peso da colonização, muitas comunidades mantiveram parte de suas relações tradicionais, principalmente as mais afastadas dos centros do poder colonial. Elas mantiveram suas relações tradicionais até hoje, como mostram os estudos de Olivia Harris (2009, p. 222).

Em algumas comunidades, ao longo do período colonial, foi mantida a generosidade com os trabalhadores da *mita*. John Murra (2002, p. 224) dá exemplos de mitayos que recebiam de suas comunidades roupas e alimentos para complementar sua renda e forma de vida em Potosi durante o cumprimento da mita, mostrando assim um compromisso dentro do ayllu de manter aquelas vidas de forma mais digna e mais segura, uma vez que os salários estipulados por Toledo eram sabidamente insuficientes, mesmo quando pagos.

A minga, por seu turno, é um exemplo muito explícito de como os valores andinos foram esvaziados para dar lugar às relações mercantis. Os registros que encontrei sobre a minga no período colonial indicam não mais uma tarefa em grupo, ou forma de solidariedade. A palavra passou a designar, em Potosi, os indígenas que trabalhavam de forma livre. Índios mingas, como cita Salazar (2020, p. 152), eram trabalhadores livres que complementavam os trabalhos dos mitayos, de forma individual. A autora usa inclusive uma definição de dicionário que confirma essa ideia de trabalho individual contratado para algum serviço especializado. Claro que isso pode ser apenas uma questão de tradução de termos, mas não encontrei nada no período colonial que correspondesse as minga do período pré-colonial, revelando mais uma vez

a desestruturação das comunidades, principalmente quando passaram a ser *reducciones* e tiveram suas terras desapropriadas.

A questão das terras é uma problemática não só econômica, relacionada aos modos de produção e diversidade de acesso a alimentos, criação de animais e produção de manufaturas, mas também espiritual. Muitos locais nos Andes são considerados sagrados e, no período colonial, houve uma ampla perseguição às chamadas idolatrias. Houve também a monetização de locais sagrados, Salazar (2020, p. 109) afirma que Potosí era uma Huaca, logo, não era explorada economicamente pelos andinos, e foi dali que saiu grande parte da riqueza colonial, sem nenhum respeito às crenças andinas.

E claro, houve resistências, principalmente em relação às mudanças espirituais e aos impactos negativos nas vidas daqueles povos como a fome, as mortes e os tratamentos violentos. Os movimentos mais conhecidos são o refúgio Inca de Vilcabamba e o movimento *Taki Onqoy*. Esse segundo representa bem como algumas comunidades interpretaram e reagiram ao desmantelamento das formas de vida tradicionais.

4.2 Transformações na espiritualidade.

A esfera espiritual na vida andina pré colonial atravessa todas as outras esferas, sejam sociais, econômicas ou políticas. Há uma enorme valorização do sagrado, pautado em ancestrais e na natureza, logo, o trabalho por ser uma atividade que modifica a natureza está intimamente ligado a processos espirituais e sagrados que não se desvinculam do cotidiano daquelas sociedades e formam a cosmovisão andina. A relação entre o ser humano e a natureza é guiada por uma ideia de equidade e respeito, enquanto os europeus com o pensamento cristão consideram o ser humano acima da natureza e portanto, com o direito de dominá-la e de explorá-la. Na visão andina, o ser humano (runa) veio do subsolo, da terra, assim como toda natureza e vida, logo não há um local especial ou privilegiado do homem sobre a natureza.

Levando em consideração que a economia andina pré colonial era basicamente agrária, os ciclos de plantação e colheita tinham rituais próprios para que tudo ocorresse com as bênçãos divinas e ancestrais. Por exemplo, *Mamaquilla* é a lua, uma divindade ligada às chuvas, por isso na lua nova eram feitos sacrifícios e cultos para garantir o

período de chuva. Há outras divindades ligadas à natureza como Mamacocha, o mar, e Mamacoca, a coca. E se tratando das necessidades práticas de sobrevivência, havia também divindades da fertilidade, da colheita, cada um com seus cultos e rituais próprios, que envolviam muitas celebrações, beber chicha, uma bebida sagrada, e mascar coca, folha também sagrada.

O próprio calendário produtivo estava ligado à liturgia andina como demonstra Olinda Celestino em *Transformaciones religiosas en los Andes Peruanos*. Aqui há um destaque para o desenvolvimento tecnológico e astronômico andino. O desenvolvimento do sistema de *Ceques* permitiu a redução da incerteza dos ciclos agrícolas e pecuário, com a identificação de fontes de água em torno de Cuzco, assim como a fixação de datas para plantar e colher cada cultura associada a um calendário litúrgico.

Havia um tempo solar, de colheita, ligadas a festas de reconhecimento e gratidão¹², um tempo de transição, ligado à seca, onde se cultuavam divindades ligadas às nascentes, e as chuvas para garantir um próximo período de fertilidade. Nesse momento também é mais prezado ainda pelo respeito a Pachamama (terra), uma forma de pagamento as colheitas acabadas. O período das chuvas, ligado ao tempo lunar¹³ é um período de gestação e purificação, visto que muitas enfermidades, mortes e malefícios podiam acontecer nesse período.

E foi nesse contexto de complexas ligações espirituais e produtivas que os espanhóis chegaram aos Andes, com uma visão completamente diferente de produção e natureza. Desde o início do período das conquistas, os andinos criaram reações pautadas em sua cosmovisão. O movimento *Taqui Onqoy* (1560- 1567) partia do pensamento de que a chegada e domínio dos espanhóis havia sido um *Pachacuti*, ideia andina sobre o tempo, onde uma virada social inaugura um novo momento, em que *Hanan* e *Hurin* trocam de lugar.

O mundo andino era dividido nas coisas de cima e nas coisas de baixo, *Hanan* e *Hurin*. Um *pachacuti*, termo que significa terremoto (Pacha = terra; kuti = verbo voltar/tornar) representava uma espécie de desordem, mas que seria desfeita quando ocorresse de novo. Então assim os andinos encararam a invasão espanhola, eles

¹² Realizado entre abril e julho e ligados a Mama Huaco, quem forneceu o primeiro milho. Olinda Celestino (1998)

¹³ Esse período vai de Setembro a Março. Olinda Celestino.

dominariam por um tempo e depois haveria outro Pachacuti que os tirariam do Tahuantinsuyo.

De acordo com Eduardo Natalino (2004, p. 181), acreditava-se também que os mortos continuavam vivos no mundo de Húrin (abaixo) em formas de pedras, e voltariam quando acontecesse um pachacuti e lutariam pelos povos andinos. Partindo dessa esperança, o movimento *Taky Onqoy* materializou uma reação às explorações coloniais. Miriam Olivari (2020, p. 467) cita que a fome foi um dos principais motivadores desse movimento, em que os indígenas se recusavam a seguir as liturgias e faltavam os trabalhos. A autora cita que encomenderos passaram a reclamar pois suas produções estavam sendo afetadas.

Paralelo a isso, havia também o mito de *Inkarri*, um herói que retornaria em um Pachacuti e livraria os povos andinos da dominação espanhola. Porém com o passar do tempo, os indígenas foram percebendo a presença espanhola como permanente. Olinda Celestino apresenta um trecho relacionado a esses desapontamentos.

“ Inkarri vuelvey no podemos menos que sentir temor ante su posible impotencia por ensamblar individualismos quizás irremediavelmente desarrollados” (Celestino, 1997, p. 5)

O trecho ilustra a preocupação sobre os impactos nas formas de vida andina e um temor de que aquela seria uma nova realidade, que só restaria contorná-la. A partir disso, a espiritualidade andina misturou-se a aspectos católicos como forma de reação e permanência possível. A reação católica sobre as formulações e reações pautadas na cosmologia andina foi defini-la como idolatria e houve então uma perseguição para acabar com isso. Os esforços mais institucionalizados para tal fim foram as extirpações de idolatrias.

Com raízes na inquisição, as extirpações foram campanhas para combater a idolatria nos andes por meio da condenação de práticas consideradas transgressoras do cristianismo católico e da igreja como instituição. Porém, era muito difícil perseguir toda a religião andina, visto que elementos da natureza eram divindades, a exemplo das montanhas, dos vales e nascentes e mesmo dos canais de irrigação. Logo, mesmo que tentassem, nunca conseguiram destruir o que a Igreja denominava idolatria. Essas

campanhas incluíam interrogatórios sob tortura, confissões, penitências e destruição de ídolos, ou seja, huacas e templos e claro, uso de muita violência como queimar povoados inteiros¹⁴.

Glave (2020, p. 391) demonstra que as campanhas de extirpação foram também um meio de controle econômico, estando atreladas às *reducciones*, como atores do poder eclesial e administrativo, parte dos extirpadores queriam usufruir das terras e da mão de obra indígena. O autor cita que essas campanhas religiosas se tornaram lutas pelo controle de recursos naturais. Um exemplo disso é que muitos indígenas reagiram às *reducciones* retornando às suas terras de origem para cultivar em diferentes pisos ecológicos e também para cultivar as Huacas que estavam ali. Porém, quando esses povos eram retirados das terras de origem, a posse das terras passava pra coroa, ou para a igreja/eclesiásticos ou para outra pessoa. Assim, é possível perceber que não se tratava apenas de uma questão religiosa, mas também econômica, e ao mesmo tempo uma reação indígena ao usar a justificativa de cultivar para também manter suas tradições religiosas.

Podem-se citar várias permanências da espiritualidade andina, mas com cruzamentos católicos. Os espanhóis não conseguiram acabar com os costumes andinos e acabaram por incorporar muitas práticas em suas liturgias. Uma primeira incorporação foi dos calendários produtivos. Já que não podiam admitir rituais andinos de fertilização e colheita, entre outros, e os substituíram por cerimônias católicas. Celestino (1998, p.10) cita como exemplo o estabelecimento da semana santa como o início da colheita. Então, nas peregrinações católicas, também visitavam-se huacas e faziam-se as celebrações necessárias para as suas crenças originais. Já no período que se pede pela fertilidade do solo, foi substituído o culto à *Pachamama* pelo culto à *Asunción de la Virgen*.

Outra permanência foi estabelecida por meio das *Confradías*, grupos responsáveis por venerar um Santo. A partir disso, as comunidades adoravam seus antepassados e Huacas, além de manter a gestão das terras das *confradías* o que permitia, em pequena medida, manter relações econômicas e a gestão de bens tradicionais. Em relação ao novo modelo econômico, ele também foi incorporado na

¹⁴ La “extirpación” como fenómeno económico. Luis Miguel Glave

espiritualidade. Com a introdução da moeda, diversos objetos sagrados se tornaram mercadorias e mercadorias também se tornaram sagradas.

O trabalho, como foi explicado antes, partia de rituais e processos espirituais, e à medida que foram impactados com a mercantilização, também conseguiram impor suas formas de vida, mesmo que de forma camuflada, seja nas práticas laborais, seja nas espirituais ou culturais.

Considerações Finais

Para entender algo das sociedades indígenas pré-colombianas, é necessário analisá-las fora do espectro eurocêntrico. Vários estudos sobre o Tahuantinsuyo não se preocuparam em pensar as categorias sociais da vida andina a partir da visão própria desses povos. É claro que fazer esse exercício de forma pura é impossível, vistas as dificuldades e problematizações metodológicas que há em lograr uma alteridade completa.

Logo esse trabalho não tenta esgotar as possibilidades de interpretações da categoria trabalho nos Andes, vistas as complexas relações e mudanças que a categoria trabalho passa ao mudar a análise de dentro de um ayllu, povo ou etnia para visualizar um Estado complexo, como foi o Tahuantinsuyo. E claro, após as transformações que a invasão europeia proporcionou com o empreendimento colonial, ter o cuidado de historicizar essa categoria, a partir das prerrogativas dos povos andinos, é um esforço para não cair no mito de estaticidade das vidas e culturas indígenas, mito que ainda domina muito o imaginário popular e colabora para conhecimento eurocêntrico .

Ao mesmo tempo, não reduzir o sistema econômico não monetário, não acumulador, não individualista, que foi o sistema andino, a um sistema pré-capitalista, ou rudimentar, ou atrasado, é uma ação importante para estudar história de povos originários. É necessário desprender-se dos saberes colonizados e repensar os conhecimentos sobre a diversidade de modos de vida que existiram na América, e que ainda existem, para poder resgatar o conhecimento, a ciência e a tecnologia andina que foi base para muitos conhecimentos desenvolvidos posteriormente, com suas origens apagadas.

Da mesma forma, é necessário analisar quais relações possibilitaram reações à colonização e a preservação de aspectos tradicionais dos povos andinos. Acredito que são essencialmente dois. As formas de violência vivenciadas durante o período colonial, descritos por diversos cronistas como Pedro de Cieza

“porque verdadeiramente poucas nações houve no mundo, a meu ver, que tiveram melhor governo que os incas. Partindo do governo eu não aprovo cousa

alguma, antes choro as extorsões, maus-tratos, e as violentas mortes que os espanhóis praticaram a esses índios” Pedro de cieza, Crônicas do Peru. 1º Parte

Uma violência não só física, mas econômica e espiritual, que foi uma nova forma de violência da que os povos que já viviam sob dominação conheciam, em níveis muito mais profundo, mas que gerou reações das mais diversas, possibilitando permanências de suas formas de vida.

E segundo, uma formulação a partir de sua própria cultura daquela nova realidade, através dos movimentos como o *Tanki Onqoy* e da crença em um *Pachacuti*, Os povos originários articularam esperanças que se transformaram em contornos e resistências às imposições do domínio espanhol, a visão daquela nova realidade pela espiritualidade e a confiança de que os invasores seriam expulsos do território andino foi a elaboração de uma esperança, sem a qual a comunidade andina teria sofrido e perecido ainda mais, imagino.

Por fim, há um apelo ético em fazer essa pesquisa: ao pensar na sociedade inca como dizimada e acabada, não damos importância às permanências. O Estado Inca não existe mais, porém, as comunidades andinas existem e preservam, na medida do possível, seus princípios de cosmovisão e isso não pode ser ignorado, nem reduzido aos conhecimentos acadêmicos colonizados e a formas de vida colonizadas. Ainda existe vida e cosmovisão indígena nos Andes.

Bibliografía

CELESTINO, Olinda. **Transformaciones religiosas en los Andes peruanos. 1 Ciclos Míticos**. Gazeta de Antropologia, 1997, 14, artículo 06.

CELESTINO, Olinda. **Transformaciones religiosas en los Andes peruanos. 2 Evangelizaciones**. Gazeta de Antropologia, 1998, 14, artículo 05.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt/ Tradução Jaime A. Clasen – Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1993

GLAVE, Luis Miguel. **Propiedad de la tierra, agricultura y comercio, 1570-1700: el gran despojo**. In: Compendio de historia económica del Perú I: Economía Colonial/ Carlos Contrera, ed; Hector O. Noejovich, Carmem Salazar- Soler, Margarita Suarez, Luis M. Glave, Miriam Salas. Lima: BCRP; IEP, 2020

HARRIS, Olivia. **“Trocaban el trabajo en fiesta y regocijo”**. **Acerca del valor del trabajo en los andes históricos y contemporáneos**. Volumen 42, No 1, 2010. Páginas 221-233 Chungara, Revista de Antropología Chilena

MIGNOLO, Walter D.; Traduzido por: Norte, Ângela Lopes. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008

MURRA, John v. **El mundo andino, población, medio ambiente y economía** – Lima, IEP/ Pontificia Universidad Católica del Perú, 2002.

NOEJOVICH, Héctor Omar. **La transición del sistema prehispánico al sistema económico colonial**. In: Compendio de historia económica del Perú I: Economía Colonial/ Carlos Contrera, ed; Hector O. Noejovich, Carmem Salazar- Soler, Margarita Suarez, Luis M. Glave, Miriam Salas. Lima: BCRP; IEP, 2020.

OLIVARI, Miriam Salas. **Manufacturas y precios en el Perú colonial, la producción textil y el mercado interno, siglos XVI y XVII**. In: Compendio de historia económica del Perú I: Economía Colonial/ Carlos Contrera, ed; Hector O. Noejovich, Carmem Salazar- Soler, Margarita Suarez, Luis M. Glave, Miriam Salas. Lima: BCRP; IEP, 2020

PAUCCA, N. **La cosmovisión en la sociedad incaica. Tesis para optar grado de Magíster en Filosofía con mención en Historia de la Filosofía**. 2019 Unidad de Posgrado, Facultad de Letras y Ciencias Humanas, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Perú.

RESTREPO, Eduardo. **“Decolonizar la universidad”**. **Investigación cualitativa emergente: Reflexiones y casos**. 2018. Investigación Cualitativa Emergente: Reflexiones y Casos ISBN.

ROSTWOROWSKI, María. **Historia del Tahuantinsuyo**. 2° ed. Lima - IEL/Promperu, 1999.

SALAZAR-SOLER, Carmen. **Minería y moneda en la época colonial temprana**. In: Compendio de historia económica del Perú I: Economía Colonial/ Carlos Contrera, ed; Hector O. Noejovich, Carmem Salazar- Soler, Margarita Suarez, Luis M. Glave, Miriam Salas. Lima: BCRP; IEP, 2020

SANTOS, E. N. dos. **As tradições históricas indígenas diante da conquista e colonização da América: transformações e continuidades entre nahuas e incas** . Revista de História, [S. l.], n. 150, p. 157-207, 2004.

SORIANO, Waldemar Espinoza. **Economía Política y Doméstica Del Tahuantinsuyo** in: Compendio de historia económica del Perú I: Economía prehispánica /Carlos Contreras, ed.; Luis Guillermo Lumbreras, Peter Kaulicke, Julián I. Santillana y Waldemar Espinoza Soriano. Lima: BCRP; IEP, 2008. (Serie: Historia Económica, 1)

VALCARCEL, Luis E. **Etnohistoria del Perú antiguo**. Universidade Mayor de San Marcos. Lima, 1964.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, tradução Mario Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013.

